

XIII

Transformação política

Chegamos ao último capítulo da terceira parte do livro. Falamos até aqui do surgimento das ideias políticas a partir da realidade material e de como isso nos ajuda a distinguir a política emancipatória de suas formas conservadoras e reacionárias. Apresentamos também diferentes dimensões do conflito entre organizações políticas e o mundo social, isto é, diferentes frentes de conflito em uma dada luta: o conflito no campo da composição, da interação e da percepção. Em seguida, introduzimos a ideia de negação para tentarmos compreender como uma luta política poderia afetar o mundo à sua volta – negando a maneira como essa realidade se organiza.

Vimos que uma luta não nega a realidade de forma abstrata ou cega. Um processo político inclui momentos de recusa – que chamamos de negação “anti-social” –, onde aspectos da realidade material lastreiam a rejeição de simplesmente encaminhar problemas e situações a partir das formas sociais já disponíveis. Vimos que existe também todo um campo de decisões e movimentações que utilizam a forma de uma dada lógica social contra outras lógicas sociais vigentes: adotamos a lógica da margem para negar uma fronteira comunitária, ou a lógica da cerca para negar uma falsa equivalência do valor, etc. São momentos do que chamamos de “negações sociais”, e envolvem uma constante costura e remanejamento dessas lógicas sociais em nome dessa realidade material que recusamos apagar. Finalmente, falamos também do efeito agregado dessas decisões e encadeamentos de negações sociais – a forma mais geral que esse processo vai tomando, e que consolida o surgimento de uma estrutura política coletiva que não cabe no mundo social. A própria existência de um movimento, de uma comuna, de um bloco político alternativo, é uma negação política da realidade – uma prova concreta de que outra vida é mais que possível, é real.

Fizemos questão de deixar claro que essas diferentes formas de negação – ou formas de agir “negativamente” – não formam um todo coeso que segue uma lógica própria que garantiria sua conexão. Existem lacunas ou distâncias entre cada um desses momentos ou formas negativas e, sem criatividade e invenção, é impossível encadeá-las. É importante deixar esses hiatos em evidência, pois eles nos ajudam a atrelar a teoria das cinco negações aos conceitos mais clássicos de tática, estratégia, logística e mobilização – os quatro componentes do que consideramos o pensamento de um processo político. Seja de forma planejada ou não, intencional ou não, centralizada ou não, processos políticos precisam inventar suas próprias soluções para “remendar” esses diferentes momentos negativos e cada um desses desafios nos ajuda a jogar luz no que é o pensamento tático, estratégico, logístico e mobilizador de uma dada luta. Um pensamento que não vai estar necessariamente escrito em documentos, ou na ponta da língua de um militante ou quadro, mas que é reconhecível quando adotamos o ponto de vista organizacional e investigamos de perto o que acontece na ação política concreta.

Mas falta ainda falar do mais importante. Afinal, a luta revolucionária não é um fim em si: não lutamos para pensar coletivamente – pensamos juntos para conseguir vencer. Precisamos entender, portanto, o que significa uma vitória política.

Recuos e avanços

Considerando tudo o que apresentamos até aqui, temos agora uma maneira de descrever o que significa para uma luta transformar politicamente a sociedade. Um processo político dá um passo à frente quando consegue mobilizar a negação “anti-social”. que funda a organização política em nome de tomar decisões que submetem as três negações “sociais” a uma nova orientação. De modo que o tecido social, assim reorganizado, é irreduzível à forma de concatenação social dominante – contraste esse que chamamos de “negação política”, a negação do mundo encarnada no avanço de um novo processo político. Vimos que é impossível compreender esse processo de transformação sem mobilizar o conteúdo específico de cada uma das lógicas sociais que apresentamos

anteriormente. Não apenas porque é preciso saber o que está sendo transformado, mas porque submeter o valor, a propriedade e a afinidade à outra forma de organização política também envolve tomar decisões que mobilizam margens, cercas e fronteiras.

Mas para analisar o que pode ser o saldo de uma luta – suas consequências em termos de avanços, recuos e vitórias – é preciso considerar mais do que as diferentes lógicas sociais. Afinal, esse processo de transformação pode ter diferentes alcances, sua capacidade de reorganizar pode ser mais ou menos tacanha. O que nos obriga a considerar algo como a “profundidade” da transformação política, para poder definir que tipo de avanço ela efetivamente produz. Em termos gerais, chamaremos de avanço político as situações em que a política emancipatória consegue negar politicamente o mundo à sua volta em algum grau. Chamaremos de recuo político os casos em que é a realidade social que consegue transformar a política emancipatória, desatrelando as lógicas sociais da negação anti-social, desfazendo a negação política em alguma medida e restabelecendo a integridade da formação social vigente.

A tipologia dos recuos políticos é mais simples de avaliar, pois o saldo é sempre uma situação onde as ideias da política emancipatória perdem espaço e organizam menos aspectos ou componentes da realidade social do que antes. Isso pode se dar através de uma vitória do conservadorismo, que reduz o conflito entre a política radical e seu entorno social, reintegrando parte da realidade material a alguma forma de valor, propriedade ou afinidade conhecida. Lutas composicionais, no campo da interação ou da percepção, são reduzidas e estabilizadas através dos efeitos do dinheiro, da lei ou do reconhecimento cultural. Isso pode ocorrer também através de uma transformação do conflito político em um conflito entre forças conservadoras – que lutam pela integração social desses componentes sem lugar; e forças reacionárias – que lutam por sua eliminação. É o que ocorre, muitas vezes, com a luta indígena no Brasil, que “desaparece” na disputa eleitoral travada entre uma esquerda da “inclusão social” e uma direita genocida. Pode, por fim, ser também um efeito direto da vitória das forças reacionárias: é o caso tanto dos

assassinatos de lideranças e militantes, das remoções e despejos, quanto do ressentimento ideológico que leva pessoas e grupos de esquerda a se esforçar para restringir a existência de outras frações do campo revolucionário. Em todos esses casos, há um recuo, pois o saldo dos conflitos nas lutas emancipatórias – seja na dimensão da composição, da interação ou da percepção – é a diminuição do alcance dessa reorganização política da vida social.

O avanço político, por outro lado, é mais complexo e nuançado, pois opera “contra a corrente” social e envolve a expansão de formas políticas que não têm existência social garantida. A transformação política positiva pode ter diferentes graus de alcance e de tração: pode ser passageira e pontual, profunda e duradoura, pode atingir muitos aspectos da vida social ao mesmo tempo, ou ter um escopo restrito – e se expressa como uma vitória no campo da composição, da interação ou da percepção, ou alguma mistura dessas três dimensões. De certa maneira, também poderíamos avaliar a tipologia dos recuos em todas essas maneiras, até porque a destruição e cooptação de processos políticos complexos muitas vezes ocorre por partes, ou influi em dimensões específicas de um processo coletivo: por exemplo, transformando uma ideia política em uma identificação de grupo, ou em pretexto para o autoritarismo ou para novas formas de gestão e intensificação do trabalho. Mesmo assim, focaremos no restante desta seção em produzir uma breve tipologia das formas de avanço político emancipatório.

Persistência política

De certa forma, o menor avanço político possível é a própria persistência de uma organização política emancipatória, isto é, a persistência de um conflito entre essa organização e a organização social de onde brota. Mesmo que não seja capaz de avançar ou se expandir, a transformação de algum aspecto da realidade material em uma nova forma de organização coletiva que não se reduz ao valor, à propriedade e à afinidade é uma transformação política efetiva, mesmo que permaneça pontual e inconsequente para além de sua própria existência.

Isso não significa, é claro, que a mera duração de um grupo político é um sinal necessário de transformação: o que indica a persistência como um avanço político mínimo é a resiliência de uma forma política irreduzível às lógicas sociais, e não o uso continuado de uma bandeira, discurso ou de um agrupamento de pessoas específicas. Compare, por exemplo, todas as pequenas invenções e esforços criativos necessários para preservar a regularidade da simples prática de estar toda semana em uma feira na periferia da cidade, conversando com os passantes sobre os problemas do bairro, com o efeito desmobilizador de uma luta ser encampada por uma ONG que profissionaliza todos os militantes e submete a existência da organização a compromissos contratuais e financeiros. No primeiro caso, o problema da mobilização – que vimos no capítulo anterior – é resolvido através de uma conexão entre tática (conversar na feira), seu lugar numa visão estratégica maior (a pesquisa militante contribui para entender novas formas políticas populares) e sua viabilidade material (é uma ação pequena, mas factível). É uma solução política que é repetidamente reinventada e sustentada pelos militantes. Enquanto a ONG que resolve o problema com contratos e salários se apoia exclusivamente na lógica do valor e da propriedade para persistir – e mesmo crescer – suas operações. Não há pensamento político algum ali e, portanto, não há nenhum avanço.

Conquista social

Uma segunda forma de avanço político, que vai além da persistência de uma prática política, é aquela onde a luta leva a uma transformação da vida social, mas essa alteração não guarda nenhuma relação com a forma política em jogo na luta. Por exemplo, um processo político pode conseguir que uma lei que não estava sendo aplicada a uma pessoa poderosa seja cumprida, levando um governante ou empresário corrupto à cadeia – mas esse resultado, apesar de efetivo, não carrega nenhum traço da luta política que o produziu, tanto que poderia ser o efeito de formas de organização muito diferentes entre si. Trata-se, de fato, de uma transformação maior que a perseverança política, pois a existência da luta leva a realidade social a se modificar, mas essa transformação política permanece restrita

a uma conquista social. Não à toa, a conquista social oferece um tipo de transformação que potencialmente concilia a política emancipatória e a conservadora, já que a força da mudança pode até ter vindo da organização política radical – cuja existência representa uma ameaça à ordem e portanto um incentivo para que mudanças sejam feitas – mas sua forma continua integrada ao vocabulário do mercado, da lei e das comunidades, tal qual demanda o conservadorismo.

À luz do que vimos no capítulo anterior, poderíamos dizer que a conquista social demanda pensamento político para colocar o problema – como trazer uma injustiça à tona, algo que existe materialmente, mas não tinha existência social? –, mas não envolve pensamento político para solucionar a questão. A solução é mais aplicação da lei – um uso evitado, porém já prescrito, da lógica da propriedade e do Estado. O que não significa que nada aconteceu, pois a prisão do corrupto nunca teria acontecido não fosse a força da negação anti-social e de sua mobilização posterior em pressionar uma estrutura social satisfeita com fazer vista grossa.

Vitórias políticas

Um terceiro tipo de avanço político é aquele onde a luta produz consequências que já não são redutíveis a mera aplicação das três lógicas sociais, mas que não ameaçam diretamente a lógica dominante na formação social. Por um lado, não se trata mais de uma mera conquista social que poderia ser facilmente apropriada por forças conservadoras, pois é impossível justificar o novo modo de organização social que se produziu sem mencionar a realidade material e a forma política em jogo na luta. Por outro, a reorganização social promovida pela luta política permanece essencialmente compatível com o valor como forma dominante social e material no capitalismo.

Talvez os exemplos mais notáveis desse tipo de transformação sejam a redução da jornada de trabalho, a abolição da escravidão e o sufrágio feminino. Em todos esses casos, não se trata apenas de aplicar em um caso particular aquilo que já era

socialmente aceito, mas de efetivamente estabelecer novos contornos para as próprias lógicas sociais, restringindo o alcance da forma mercadoria, do direito de propriedade e da segregação familiar sobre grupos sociais inteiros. Tratam-se, verdadeiramente, de vitórias políticas que levam à limitação do poder da dominação capitalista, e inclusive deixam mais claro o verdadeiro terreno da luta revolucionária, seu caráter anti-sistêmico, por encenar um conflito entre a política emancipatória e a estrutura social dominante. Mas tratam-se, também, de avanços políticos relativos, pois não são capazes de substituir o valor pelo princípio político que levou à reorganização das leis, das comunidades e, indiretamente, do próprio mercado.

Se, por um lado, a vitória política é mais profunda que a conquista social, pois é composta de consequências que ajudam a disseminar a forma política dessa luta, por outro, o alcance dessa transformação permanece restrito às lógicas que não tem dominância social. Os três exemplos que demos acima demonstram isso: todos envolvem a transformação efetiva de leis e de comunidades a partir de princípios irredutíveis à propriedade e à afinidade, mas não submetem a forma do valor – a lógica dominante no capitalismo – a semelhante restrição. Limitar a jornada de trabalho é diferente, afinal, de substituir o princípio pelo qual a subsistência humana é socialmente garantida, pois o alcance da forma-mercadoria permanece essencialmente o mesmo. A abolição da escravidão, enquanto processo legal e comunitário, pode significar a absorção de um novo contingente de pessoas no mercado de trabalho assalariado sob condições de extrema pauperização, assim como a nova condição social das mulheres, garantida por direitos como o voto e o divórcio, pode também levar a efeitos que não impedem a adaptação e a continuação da dominação capitalista.

No caso da vitória política, o pensamento político vai além da motivação para uma solução social já estabelecida, realmente introduzindo uma nova racionalidade no mundo social, lastrada pela realidade material. Sufrágio universal, abolição da escravatura, redução da jornada de trabalho são formas de reorganizar a vida social que obrigam o capitalismo a ceder perante aquilo que se atesta materialmente,

para além da realidade social constituída. O que o pensamento político não alcança nesses processos são os meios – táticos, estratégicos, logísticos e mobilizadores – de garantir que essas vitórias se reproduzam. Afinal, os guardiões dessas vitórias são as leis e instituições externas ao processo político – formas sociais conservadoras ou reacionárias que sustentam esses avanços, ou por medo da mobilização política que surgiria caso contrário, ou porque o capitalismo já encontrou formas de se adaptar a essas derrotas e não é necessário tentar desfazê-las.

É crucial notar que nem a conquista social nem a vitória política são recuos ou passos em falso – ambas transformam a humanidade, por vezes de forma gloriosa. Mas cada uma carrega um efeito colateral particular por conta de seus limites. Se a conquista social permite que a luta política se confunda com um recuo conservador – pois a força política não se traduz na forma do avanço político, que permanece regido pelas três lógicas – a vitória política, por ser relativa e submetida à lógica dominante, pode ser compreendida como um sinal de impotência estrutural das lutas. Em um contexto onde não há articulação ou continuidade entre vitórias políticas, a persistência da lógica dominante perante a vitória da política emancipatória é muitas vezes tomada como sinal de que a verdadeira vitória foi do próprio capitalismo. Daí a correlação paradoxal entre um período de vitórias políticas dispersas e um crescente desespero perante o suposto poder do capital de absorver e integrar qualquer novidade coletiva. Nos períodos de recuo absoluto, é mais fácil fantasiar que uma vitória traria todo o sistema ao chão, enquanto nos períodos históricos onde existem vitórias, mas não há convergência espontânea das lutas, nos surpreendemos com a resiliência do capital e fantasiamos com nossa própria derrota retumbante.

Triunfo revolucionário

Por fim, existe o que poderíamos chamar de triunfo revolucionário. Trata-se da situação em que o saldo da luta política é a transformação das formas políticas emancipatórias em princípios dominantes que reorganizam todas as lógicas

sociais. Um triunfo não precisa ser total – não se trata da substituição da lógica dominante em todo o mundo, de uma só vez e por toda a parte. O ponto crucial é que a forma política extraída da realidade material se torna capaz de determinar e submeter até mesmo a lógica dominante. Ao se tornar o princípio organizativo geral, a forma política ganha um grau de concretude incomparável, se tornando a forma de reprodução da própria vida social, mesmo que em um espaço e tempo restrito – como é o caso da comuna de Paris, do Quilombo de Palmares, de regiões e momentos específicos dentro dos experimentos socialistas de Estado e de grandes triunfos cooperativos e comunitários por todo o mundo. O que todos esses avanços políticos têm em comum não é o conteúdo específico de sua política – como vimos no décimo capítulo, nada garante que uma comuna indígena na Venezuela siga princípios compatíveis com um experimento anarquista na Grécia – mas a capacidade de entranhar essa orientação política irreduzível ao valor, à propriedade e à afinidade na própria dimensão material da vida social.

Como toda forma de avanço político, o triunfo revolucionário é uma forma localizada de expansão da luta política – não tem como acontecer em todo lugar ao mesmo tempo ou da mesma forma. A ideia de que só existe triunfo na política emancipatória se nosso avanço for total e completo, extinguindo a luta contra o capitalismo de uma só vez, é uma fantasia lastreada pela tese de uma convergência espontânea das lutas. De acordo com essa fantasia, as lutas proletárias nacionais nos levariam a vitórias políticas e essas vitórias se somariam em um triunfo revolucionário internacional. Uma vez desfeita essa ilusão, vemos que uma das consequências do triunfo revolucionário é revelar que o último adversário da política comunista, uma vez desfeita a supremacia do valor, é a própria realidade material da política emancipatória. Pois essa realidade material traz à tona o principal desafio do pensamento político – isto é, nossa capacidade de lutar por meios de propagar e expandir materialmente nossas próprias formas de associação, reprodução e produção da vida coletiva. Em outras palavras, a luta não termina no triunfo revolucionário: o que conquistamos quando triunfamos é o direito de lutar contra nossos próprios limites, e não apenas contra os limites do capital.

Essa forma mais radical de transformação, como as anteriores, também pode carregar um efeito colateral indesejado, que é a confusão entre seu caráter situado e a impressão de que – já que não houve revolução planetária total – só existem ganhos isolados de liberdade e igualitarismo. É a crítica que muitos fazem até aos triunfos políticos mais impressionantes da história da humanidade, diminuindo sua importância ou validade através de um contraste com a realidade do resto do mundo. Se a conquista social se confunde com a capitulação conservadora e a vitória política com uma fantasia de onipotência do capital, a qualidade situada do triunfo revolucionário leva muitas vezes à caracterização da luta revolucionária como uma clareira efêmera, um respiro fadado a existir apenas de maneira pontual. Retornaremos a esse ponto no capítulo seguinte.

Uma boa maneira de resumir essa tipologia é considerar as quatro formas de avanço político no contexto de uma luta por terra. A luta contra uma remoção ameaçada pelo Estado é um avanço político, uma forma de persistência. A luta pela legalização de uma terra ocupada através de meios legais, visando desapropriar terra sem uso social e fazer valer a constituição é uma conquista social. A luta pela terra que consegue garantir a ocupação através do conflito militar e comunitário, mas que ainda depende da venda da produção para o mercado, é uma vitória política. A luta que consegue reorganizar a relação com o território, permitindo que as pessoas vivam do que plantam e estabeleçam outras relações de associação entre si e com outros espaços, é um triunfo revolucionário localizado. Podemos também avaliar cada um desses casos em termos do avanço do pensamento político sobre o resto do mundo: a persistência é a mobilização das dimensões tática, estratégica e logística para a manutenção da existência de um dado processo organizativo, a conquista social consegue mobilizar um processo político para rearranjar as lógicas sociais já vigentes, uma vitória política consegue transformar a mobilização em uma submissão de formas sociais à realidade material, mas sem alterar a lógica social dominante, enquanto o triunfo político transforma a mobilização em um pensamento ativo sobre as formas de reprodução de uma outra vida coletiva.

Orientações revolucionárias

Do ponto de vista organizacional, todos os componentes do pensamento político agem e respondem ao arranjo social específico em que uma dada luta se insere. É a negação concreta de uma forma de organização social, motivada pela negação disruptiva, que efetivamente permite que a transformação política produza algo que não é mera repetição da forma social em que estamos inseridos. Mas um efeito colateral dessa concretude é que as lutas também tomam de empréstimo formas que se assemelham aquelas que estão combatendo. E, de fato, podemos confirmar essa intuição averiguando que há mesmo uma correspondência entre as principais orientações adotadas pelo movimento revolucionário e o modo como cada uma delas constrói a negação política da realidade.

Por exemplo, existem movimentos políticos que se apoiam principalmente na lógica da afinidade para confrontar o capital e o Estado e encontram na organização de fronteiras os contornos de uma estratégia geral que poderíamos chamar, retomando a tradição marxista, de dualidade de poder. Ora, a estratégia do poder dual é uma maneira construir um novo mundo ao mesmo tempo separado, mas dentro, do mundo capitalista – um espaço autônomo mas cuja pretensão estratégica é impensável sem considerar o resto do mundo que continua dominado pelo capital – e essa lógica política também apresenta uma forma de organização por fronteiras: também divide o mundo em partes separadas, mas com um substrato em comum, pois nos separamos do capitalismo para melhor combatê-lo. Muitos enclaves revolucionários e modelos de luta calcados na criação de espaços de autonomia que possam ser utilizados de refúgio e ponto de investida contra o sistema capitalista se organizam dessa maneira. É uma estratégia do “isso e aquilo”: fora do capitalismo para melhor lutar dentro dele.

Os movimentos e lutas políticas que se apoiam no poder do Estado e na força da lógica da propriedade para medir forças políticas contra o capitalismo e a dominação nacional tendem a se organizar a partir da estratégia insurrecional. Essa abordagem – que ironicamente compartilha algo com a lógica eleitoral, apesar de

desprezá-la – também se articula pelo princípio organizador assimétrico das cercas e barricadas, pois visa criar um corte seco, um antes e um depois, no funcionamento social. No caso da insurreição propriamente dita, esse corte seco representa uma mudança de regime, no caso eleitoral, uma mudança apenas de representante – mas a forma básica de ambos é a de estabelecer um limite após o qual tudo será diferente. Ou capitalismo, ou socialismo. Ou governo deste partido, ou daquele. Essa mesma lógica pode ser vista na ideia de tomada do Estado, da “expropriação dos expropriadores”: uma vez tomadas dos inimigos, essas instituições sociais e instrumentos políticos são nossos, fincamos ali nossa bandeira. Isso não significa, no entanto, que a insurreição busca uma mera inversão entre dominantes e dominados, como se apenas se tratasse de uma troca de “proprietário” do Estado. Afinal, a ditadura do proletariado não é simétrica à ditadura da burguesia: enquanto a primeira é governada por um grupo restrito, identificável por uma característica particular que define a pertença à classe dominante, o proletariado habita a penumbra entre a sociedade e sua base material, de modo que um governo orientado pelo povo seria infinitamente mais diverso e democrático do que qualquer democracia burguesa jamais poderia ser.

Finalmente, lutas que são travadas diretamente no campo do valor – greves, boicotes, criação de cooperativas, etc. – também adquirem características da divisão de partes em termos de margens. É a estratégia da comunização. Aqui, não construímos algo separado, porém dentro do capitalismo, como no poder dual, nem apostamos diretamente a tomada do poder estatal, para reorganizar o princípio dominante de forma assimétrica, como na insurreição, mas medimos forças constantemente com nossos adversários, em um processo constante e direto transformar as condições materiais em que ambas as partes se encontram – a ponto de se tornar mais custoso insistir na organização capitalista do trabalho do que transformar as relações de produção. Lutas que envolvem negociações com o patrão – como reivindicações pelo aumento de salário – são exemplos pontuais de como as organizações dos trabalhadores “empurram” as margens do valor na direção da valorização dos trabalhadores. Mas mesmo transformações mais sistêmicas – como a criação de redes de cooperativas, a coletivização imediata dos

meios de produção, o estabelecimento de experimentos de autogestão e formas de planejamento econômico democrático – também operam como processos, criando um campo de forças entre a forma do valor e uma forma de vida comum e coletiva.

Vemos assim que os três modos sociais podem ser utilizados para formar três grandes vertentes revolucionárias: a vertente da dualidade de poder, que aglutina muitas das lutas centradas na organização social da afinidade, a vertente insurrecional, que combina esforços políticos que têm a dominação estatal como palco principal de luta e transformação, e a vertente comunizante, onde encontramos as formas de luta que buscam suporte no tensionamento interno à própria lógica do valor. Evidentemente, na realidade concreta, as lutas tendem a misturar essas diferentes estratégias gerais, combinando-as de diferentes maneiras. Lutas insurrecionais podem demandar fases de estratégia dual, organizações calcadas na comunização do poder econômico do capital podem buscar auxílio em mecanismos jurídicos ou parlamentares que sirvam de proteção, e assim por diante.

Como mencionamos anteriormente, o modo como diferentes formas de luta se entrelaçam com formas sociais de organização específicas é um fator condicionante para sua capacidade de articulação com outros processos políticos. E muitas das dificuldades que a periferização coloca para lutas contemporâneas, analisadas no terceiro capítulo, decorrem dessas variações. Lutas centradas na produção de comunidades autônomas podem olhar com muita desconfiança para formas de organização política que pretendem disputar o Estado de alguma maneira – assim como processos políticos que se articulam diretamente pela lógica do valor podem desconfiar da capacidade de transformação e expansão de organizações preocupadas com a soberania de territórios particulares. No entanto, o conjunto de formas de organização política que emergiram a partir da realidade material da sociedade capitalista, dando forma e direção a esses diferentes movimentos e estratégias, constitui a única fonte possível dos “interesses comuns” do movimento proletário como um todo. Esse conjunto constitui, portanto, a

matéria viva da prática comunista.